



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2019, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata n.º 6;**
- 2. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 143/XIV/1.ª (BE) - "Recomenda a elaboração de orientações para a política de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos";**
- 3. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 146/XIV/1.ª (IL) - "Recomenda ao Governo a reintrodução da obrigatoriedade de análise custo-benefício para concessão de Parcerias Público-Privadas (PPP)";**
- 4. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 149/XIV/1.ª (CH) - "Pela reposição da legalidade inerente ao ISV cobrado aos veículos usados provenientes de outro Estado-Membro da UE";**
- 5. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 150/XIV/1.ª (IL) - "Recomenda ao Governo que não efetue quaisquer contribuições adicionais para o Fundo de Resolução";**
- 6. Deliberação sobre emissão do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 148/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde"; Comissão competente: 9ª Comissão de Saúde. Cabe ao GP PSD**
- 7. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 4/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020"; Cabe ao GP PS**



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

8. Designação de autor de relatório da Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento de Estado para 2020"; Cabe ao GP PSD
9. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 6/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023". Cabe ao GP BE
10. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para audição urgente do Ministro de Estado e das Finanças;
11. Tramitação da proposta de lei relativa ao Orçamento do Estado para 2020;
12. Outros assuntos.

1. Aprovação da ata n.º 6;

A ata foi aprovada por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e CH.

2. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 143/XIV/1.ª (BE) - "Recomenda a elaboração de orientações para a política de comissões bancárias da Caixa Geral de Depósitos";

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) informou que pretende discutir este projeto de resolução em Plenário, sem prejuízo da poder vir a discutir em Comissão caso não seja possível fazer o agendamento.

3. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 146/XIV/1.ª (IL) - "Recomenda ao Governo a reintrodução da obrigatoriedade de análise custo-benefício para concessão de Parcerias Público-Privadas (PPP)";



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (DURP, IL) informou que pretende discutir a iniciativa em Comissão.

4. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 149/XIV/1.ª (CH) - "Pela reposição da legalidade inerente ao ISV cobrado aos veículos usados provenientes de outro Estado-Membro da UE";

O Senhor Presidente registou a ausência do Senhor Deputado André Ventura (DURP, CH), proponente desta iniciativa, considerando precluído este ponto da OD.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) solicitou a palavra para suscitar a dúvida sobre a admissibilidade desta iniciativa questionando a possibilidade da Assembleia da República (AR) poder recomendar ao Governo que atue sobre matéria da competência exclusiva do Parlamento, no caso, sobre matéria fiscal.

O Senhor Presidente salientou que a questão da admissibilidade apenas se coloca sobre normas imperativas notando que, neste caso, se tratam apenas de recomendações não havendo consequências que derivem do seu "incumprimento".

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) também manifestou a sua opinião de que não faz sentido recomendar ao Governo legislar sobre matéria que é competência exclusiva da AR.

5. Definição da metodologia de apreciação do Projeto de Resolução n.º 150/XIV/1.ª (IL) - "Recomenda ao Governo que não efetue quaisquer contribuições adicionais para o Fundo de Resolução";

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (DURP, IL) informou que pretende também seja apreciado em Comissão.

6. Deliberação sobre emissão do Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 148/XIV/1.ª (CDS-PP) - "Modelo de financiamento dos hospitais integrados no Serviço Nacional de Saúde";

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) confirmou o interesse do PSD em elaborar parecer indicando como relator o Senhor Deputado Álvaro Almeida.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

**7. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 4/XIV/1.ª (GOV)
- "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2020";**

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) indicou como relator da iniciativa o Senhor Deputado Miguel Costa Matos.

8. Designação de autor de relatório da Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento de Estado para 2020";

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) indicou o Senhor Deputado Alberto Fonseca como relator desta iniciativa.

**9. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 6/XIV/1.ª (GOV)
- "Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023".**

O BE indicou a Senhora Deputada Mariana Mortágua como relatora desta iniciativa.

10. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para audição urgente do Ministro de Estado e das Finanças;

O Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) apresentou o requerimento e os seus fundamentos, justificando ainda a urgência do mesmo por considerar que se trata de matéria da máxima importância. Lembrando que o requerimento foi apresentado no dia 6 de dezembro, criticou o PS por não ter querido discutir o requerimento na anterior reunião.

Em resposta, o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) afirmou que a gestão do tempo político do PS cabe apenas ao seu GP, dispensando assim os "juízos de valor" de outros partidos. Notou que o tema constante do requerimento tem sido debatido na Comissão, considerando até que já se encontra devidamente esclarecido, não suscitando mais dúvidas ou reservas. Pese embora considerem dispensável esta audição, realçou que o PS tem como princípio não as obstaculizar. Concluiu defendendo também que o tema não justifica um agendamento de urgência.

Seguidamente, a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) também concordou que o tema suscita dúvidas, até porque, na sua opinião, o Governo tem feito diferentes



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

interpretações do assunto. Finalizou sublinhando que a audição sobre este tema não deve ser confundida com as audições no âmbito do processo orçamental.

O Senhor Deputado João Cotrim de Figueiredo (DURP, IL) também acompanhou a leitura de que se trata de um tema da maior importância. Disse temer pelo tipo de abordagem que o novo diploma traz e também pela possibilidade de haver um tratamento legal diferenciado em função do tipo de PPP, gerando disparidades de tratamento injustificadas. A IL pretende assim compreender bem o novo sistema que é proposto. Salientou ainda que a preocupação expressa neste requerimento está em linha com o projeto de resolução que apresentou. Concluiu anunciando que votarão favoravelmente o requerimento.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) informou que o seu GP também votará favoravelmente, manifestando igualmente preocupação com eventuais novos critérios para as PPP. Referiu porém que, do ponto de vista do PCP, o problema de fundo reside na própria existência das PPP.

Depois de ser informado pelo Presidente que só seria possível agendar audição com o Ministro das Finanças logo após a conclusão do processo orçamental, o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) voltou a tecer comentários críticos sobre a posição do PS nesta matéria, anunciando que o PSD apresentará de imediato um pedido de apreciação parlamentar ao referido diploma, uma vez que não foi possível discutir o requerimento em tempo razoável.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, BE, PCP e IL e a abstenção do PS.

11. Tramitação da proposta de lei relativa ao Orçamento do Estado para 2020;

O Senhor Presidente recordou qual era a proposta de calendário aprovada em reunião de Mesa e Coordenadores, posto o que submeteu a votação o referido calendário que foi então aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e CH. Naquela votação de calendário incluiu-se ainda a data prevista para redação final, 24 de fevereiro.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

Notou ainda o Senhor Presidente que tendo o PSD agendado as suas jornadas parlamentares para o dia 7 de janeiro, as Comissões parlamentares devem aprovar os pareceres setoriais até dia 6 de janeiro, mantendo-se todavia, o dia 7 de janeiro como data limite de envio dos pareceres à COF.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) solicitou que a próxima reunião da COF se realizasse às 12h00 tendo esta proposta recolhido a anuência de todos o GP. Solicitou ainda que se fixasse como data e hora limite para distribuição dos dois relatórios [relativos aos processo orçamental], as 15h00 da véspera da reunião, ou seja, dia 7 de janeiro. Esta proposta também obteve a concordância de todos os presentes.

Prosseguiu o Senhor Presidente informando que, no âmbito da Conferência de Presidentes, foi conferido mandato ao Presidente da 1.ª Comissão para elaborar proposta de grelhas de tempo de referência para audições a membros do Governo. Porém, não estando concluído o processo em tempo para as audições a realizar no âmbito do processo orçamental, o Senhor Presidente apresentou as grelhas de tempo (apreciação na generalidade e especialidade) já consensualizadas em reunião de Mesa e Coordenadores, e que tinham sido entretanto distribuídas pelos Deputados. Submetidas a votação, foram as mesmas aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS-PP, PAN e CH.

Ficou também assente a ordem das intervenções por GP nas audições, já previamente discutida em reunião de Mesa e Coordenadores: nas audições a membros do Governo, a primeira intervenção cabe ao PSD (maior partido da oposição), e nas outras audições caberá ao PS.

12. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que, para a Semana Parlamentar Europeia, que decorrerá nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2020, em Bruxelas, a COF deverá indicar, até final da semana, um Deputado do PS e outro do PSD para integrarem esta delegação da AR que contará ainda com outros Deputados da Comissão do Trabalho e Solidariedade Social (10.ª) bem como da Comissão de Assuntos Europeus (4.ª).

Finalizou a reunião endereçando a todos votos de Boas Festas.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

A reunião foi encerrada às 09:38 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 dezembro 2019.

O PRESIDENTE

(Filipe Neto Brandão)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 8/XIV/ 1.ª SL

Reunião realizada a 18 de dezembro de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Álvaro Almeida
Ana Paula Vitorino
Carlos Brás
Duarte Alves
Duarte Pacheco
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hugo Carneiro
João Cotrim de Figueiredo
João Gouveia
João Paulo Correia
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Vera Braz
Ana Miguel Santos
Jorge Paulo Oliveira
Pedro Sousa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
André Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Hortense Martins
Nuno Sá
Ricardo Vicente